

Ivete se convence e apóia novo pacote

A deputada Ivete Vargas, líder do PTB, saiu ontem do gabinete do ministro Delfim Netto convencida de que as medidas são necessárias e de que foi o PTB quem mais uma vez conseguiu assegurar vantagens para os trabalhadores, com a promessa do ministro de que o expurgo no INPC virá em duas etapas, atingindo por último os salários. Entre os deputados da bancada petebista, as opiniões não eram unânimes: o vice-líder Ricardo Ribeiro concordava com as medidas anunciadas pelo ministro, e espera delas efeitos positivos, enquanto Gastone Righi defendeu junto ao ministro a desindexação total da economia.

Apesar desse entendimento final, deputados do PTB garantiram que a reunião foi ácida e a discussão acalorada, tendo Ivete e Nelson Marchezan manifestado seu inconformismo com o expurgo nos salários, sem uma contrapartida de toda a sociedade. O PTB saiu também convencido de que esse pacote é apenas um primeiro passo para a adoção de medidas mais amplas, que visam à desindexar toda a economia.

Segundo os deputados, na primeira parte da reunião discutiu-se a questão dos cortes nas estatais, tendo a deputada Ivete Vargas argumentado que a campanha contra essas empresas parte sobretudo das multinacionais.

Ao fim, prevaleceu que os di-

reitos adquiridos serão incorporados aos salários dos atuais funcionários, mas não extensivos aos admitidos daqui para a frente. Segundo o deputado Celso Peçanha (PTB-RJ), as empresas não poderão mais comprar férias de seus funcionários.

As opiniões se dividiram mesmo foi na discussão sobre a retirada dos subsídios e o expurgo nos índices de correção monetária, cambial e salarial. Nessa mesma discussão, um membro do PDS chegou a levantar a questão da moratória para a dívida externa, ouvindo de Delfim Netto uma "autocrítica", em nome do governo, que, logo após a crise do petróleo de 1973, não reduziu o consumo nem os investimentos e atrasou a substituição das fontes energéticas.

O ministro do Planejamento, na discussão sobre o expurgo nos salários, polarizada por Ivete Vargas e Marchezan, manifestou, ainda, grande interesse na emenda ao decreto 2.024, que agora regulamenta a política salarial, apresentada pelo senador Jutahy Magalhães (PDS-BA). Essa emenda deixa aos funcionários a opção de fazerem negociação direta com os patrões, abaixo do INPC, no caso de a empresa estar em situação financeira que não lhe permita arcar com os aumentos dos salários estipulados pela lei.

Nem Marchezan, nem Ivete, segundo outros participantes, manifestaram qualquer entusiasmo, pois a emenda só permitiria a negociação abaixo do INPC, embora tenha o objetivo de preservar o emprego.

Para o deputado Gastoni Righi, do PTB, o encontro realizado ontem com os ministros da área econômica para a discussão das medidas a serem adotadas pelo governo com relação às estatais e à desindexação da economia, não chegou ao fim pretendido pelo Partido Trabalhista.

Segundo Righi, que falou sobre o assunto em Santos (SP), o PTB havia levado para o encontro com Delfim Netto, Ernane Galvêas e Camilo Penna, do qual participaram também os líderes do governo no Senado e na Câmara, Aloysio Chaves e Nelson Marchezan, respectivamente) uma proposta semelhante à que vem sendo apresentada pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese).

— Queríamos a desindexação total da economia, em etapas, de modo que os salários fossem o derradeiro passo, o último a sofrer os efeitos, mas o ministro Delfim nos afirmou que considerava impossível a desindexação total, pois isso iria alterar todos os mecanismos econômicos, tornando insustentável a situação.